



DL-01

Ses. Esp. 10/12/12

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberto este evento, convocado com o objetivo de apresentar a pesquisa Políticas Públicas em Comunidades Quilombolas da Bahia e a proposta de intervenção social, com cidadania, nos quilombos, fruto da análise das políticas públicas estaduais e federais nas comunidades remanescentes dos quilombos. O projeto visa atuar nas áreas de habitação, fomento, geração de emprego e renda e acesso aos benefícios, reivindicações, serviços e saúde, educação, segurança alimentar e nutricional.

Convido para compor a Mesa as seguintes personalidades: o deputado Marcelino Galo; o coordenador executivo da Seagri, Sr. Luís Anselmo Pereira de Souza, representante da Secretaria da Agricultura e do secretário Eduardo Sales; o coordenador da Sepromi, Sr. Maurício Reis, representante do secretário Elias Sampaio; o coordenador geral do Grupo Atitude Quilombola, Sr. Walter Altino; a pesquisadora, jornalista e palestrante Sr^a Jaqueline Barreto; a analista do Sebrae, Sr^a Idimara Dantas, representando o superintendente Edival Passos; como representante dos quilombos do Litoral Norte, a Sr^a Damásia Santana dos Santos, nossa conhecida Dona Roxa; o coordenador da Associação Quilombola do Santiago do Iguape, da cidade de Cachoeira, Sr. Edson da Conceição Falcão; o representante do deputado federal Luiz Alberto, Sr. Tiago Souza de Figueiredo. (Palmas)

Este ato tem como objetivo central abrir o debate em relação às políticas afirmativas e à condição hoje vivenciada nas áreas remanescentes dos Quilombos.

Queria destacar que é uma satisfação muito grande para todos nós desta Casa, e em especial os que compõem a Comissão de Promoção da Igualdade aqui na Assembleia Legislativa. Quando recebemos a solicitação da pesquisadora Jaqueline, de pronto avaliamos a sua importância.

A discussão hoje gira em torno da condição de vida das comunidades tradicionais, incluindo as de quilombos, que são debatidas, discutidas e estão sendo incluídas nas políticas das esferas nacional e estadual. É preciso que possamos construir o apoderamento dessas



políticas para, de fato, elas ocorrerem nas comunidades. Sei que, quando discutimos comunidades tradicionais, temos de incluir, além das comunidades de quilombos, os indígenas, os povos ciganos, unidades como pescadores artesanais, marisqueiras, fundos de pasto, entre outras.

Nesta Casa tramita um projeto que deverá ir à votação amanhã e cujo relator é o nosso deputado Marcelino Galo, que vai fazer uma exposição. Avaliamos ser uma das grandes conquistas, uma prova do compromisso do governo da Bahia, através do governador Jaques Wagner, com a implantação de políticas que realmente possam reduzir o distanciamento entre as ações do Estado e as comunidades tradicionais.

Com isso, vamos abrir para uma breve saudação. Depois o deputado Marcelino Galo faz uma pequena explanação, e aí teremos a exposição e o foco da pesquisadora Jaqueline Barreto.



4441-II

Ses. Esp. 10/12/12

Or. Maurício Reis

Solenidade de Entrega dos Troféus aos Deputados e Jornalistas Destaques de 2012.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Neste momento, quero passar a palavra a Maurício Reis, que aqui representa o secretário Elias Sampaio, para uma breve saudação.

O Sr. MAURÍCIO REIS:- Bom-dia a todos e todas! Cumprimento a Mesa em nome do deputado estadual Bira Corôa e também todas as comunidades aqui presentes em nome da Sra. Damásia Santos. Saúdo-a e peço uma salva de palmas. (Palmas!)

A Secretaria de Promoção da Igualdade Racial tem por finalidade a articulação e implementação de políticas públicas voltadas para aqueles segmentos que estavam à margem de qualquer implementação de políticas públicas. Existe dentro do governo, por meio do decreto 11.850/09, a criação do Grupo Intersetorial de Quilombos, composto por 15 Secretarias. O objetivo é justamente essa articulação voltada para a melhoria da qualidade de vida dessas comunidades.

Atualmente são 438 comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares. Também no âmbito da Secretaria da Promoção da Igualdade Racial foi criada por meio do decreto 13.247, de 30 de agosto de 2001, do governador Jaques Wagner, a Comissão para a Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais, que tem a finalidade de implementar uma política específica voltada para os 8 segmentos aqui no Estado representados, como citou o deputado Bira Corôa, que são os povos de terreiros, os povos ciganos, os povos indígenas e as comunidades tradicionais marisqueiras, de pescadores, quilombolas, fundos de pasto, extrativistas, geraiseiros que, até o momento, estavam esquecidos de qualquer implementação de políticas públicas, principalmente, salvaguardando, preservando e valorizando os seus modos tradicionais, respeitando a sua forma de organização econômica, social e política.

De antemão, parabeno a iniciativa. A Sepromi – Secretaria de Promoção da Igualdade Racial – está aberta ao diálogo, principalmente junto às comunidades quilombolas



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA

e aos demais segmentos citados, para, em parceria e em diálogo, construirmos uma política específica voltada para todas as comunidades quilombolas aqui do nosso estado.

Muito obrigado e bom-dia. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



4442-II

Ses. Esp. 10/12/12

Or. Tiago Souza

Solenidade de Entrega dos Troféus aos Deputados e Jornalistas Destaques de 2012.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Para fazer uma breve saudação, concedo a palavra ao Sr. Tiago Souza, representante do deputado federal Luiz Alberto.

O Sr. TIAGO SOUZA:- Bom-dia a todos e todas. Primeiramente, gostaria de saudar a Mesa em nome do deputado estadual Bira Corôa e, ao mesmo tempo também, gostaria de saudar todos presentes e representantes de comunidades quilombolas em nome da Sr^a Damásia Santos.

Venho aqui chamar a atenção com relação às lutas das comunidades tradicionais e comunidades quilombolas. Ao longo dos últimos anos, obtivemos grandes conquistas. Mas, infelizmente, ainda em âmbito federal, tais conquistas têm sofrido abalos. Com relação às conquistas que já garantimos da titulação das terras quilombolas, passamos, há pouco, por um momento de discussão no Supremo Tribunal Federal que questionava a legalidade da lei que dá este direito do decreto que permite, na verdade, a titulação das terras quilombolas e o tratamento diferencial para essas comunidades que vivem, ao longo desses séculos, nessas regiões.

Existe uma tentativa dos grandes proprietários de terras e grandes latifundiários de impedir a garantia de direitos das comunidades quilombolas.

O deputado federal Luiz Alberto é um dos líderes da Frente Parlamentar Mista em defesa da igualdade racial e das comunidades quilombolas. Ele faz um trabalho, ao longo desse período, na tentativa de preservar e garantir outros direitos para essas comunidades. Observem, não basta, simplesmente, garantir o direito à terra ou à titulação, mas possibilitar avanços.

São iniciativas como esta que garantem, na agenda do legislativo, ações onde se pode discutir o modo de vida dessas comunidades. Isso possibilitará avanços para outros espaços como garantia à saúde, possibilidade de produzir na terra e viver nas terras onde as comunidades se alojaram durante tantos anos.



O mandato do deputado Luiz Alberto tem este caráter, qual seja, tem este cuidado. Ele vem trabalhando a favor da luta para garantir o direito das comunidades quilombolas. De fato, acreditamos e defendemos isso, porque vemos a real necessidade de garantir os direitos para essas comunidades relegadas há muito tempo.

Em nome do deputado federal Luiz Alberto que, infelizmente, não pôde estar presente a esta sessão especial, agradeço este convite. Gostaria de colocar à disposição o seu mandato para qualquer necessidade de vocês.

Muito obrigado e bom-dia. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



4443-II

Ses. Esp. 10/12/12

Or. Marcelino Galo

Solenidade de Entrega dos Troféus aos Deputados e Jornalistas Destaques de 2012.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Passo a palavra ao deputado Marcelino Galo para o mesmo fazer a sua explanação.

O Sr. MARCELINO GALO:- Bom-dia a todos, às comunidades quilombolas, pescadores, quero saudar o deputado Bira Corôa, presidente da Comissão de Igualdade, deputado que vem fazendo um excelente trabalho, precursor dessa questão racial, e em nome dele saúdo toda a Mesa, e o parabenizo por esta sessão fundamental nesta Casa, principalmente neste momento. Exatamente no dia de amanhã, à tarde, iremos votar uma lei importante para os povos tradicionais, não só para os quilombolas, principalmente para os fundos e fechos de pasto do nosso Estado.

Então, nós que estamos nos movimentos populares, vocês que têm como centralidade a questão fundiária, sabemos o número de inscrições de autorreconhecimento que já foram feitos no nosso Estado imenso, mas a questão central que vamos operar de fato são os direitos fundamentais, e dentre eles o mais importante é a questão dos territórios. Aí o pau quebra!

Amanhã, iremos encontrar dificuldade, porque é uma lei muito específica, no nosso caso, a legislação federal, no que diz respeito ao quilombola. Iremos tratar mais especificamente da terra devoluta, vocês sabem o território onde vocês vivem, no qual poderemos encontrar várias formas de domínio, de posse. Então, poderemos encontrar lá territórios que sejam devolutos, outros que sejam de propriedade já registrada e outros que sejam território da União. Vamos trabalhar com vários instrumentos.

Aprovar a lei é muito importante, mas não basta só isso, é preciso que o Estado se adéque e tenha a capacidade de executar essa lei. Para o Estado fazer isso com celeridade, aqui está aqui o nosso companheiro Luís Anselmo, que é coordenador da CDA hoje. A coordenação do Movimento Agrário deste Estado tem que ser através de uma autarquia, a



forma como ela se encontra hoje, como coordenação, é insuficiente para executar. Então, vamos aprovar uma lei, e não teremos capacidade de executar.

Teremos que pressionar e ficar vigilantes para aprovar essa lei. Quando fui superintendente do Incra, em 2003 o ex-presidente Lula regulamentou o artigo constitucional, e o Incra teve essa atribuição, e vimos a dificuldade quando se trata de operar na prática os direitos concretos do povo.

Neste momento, vejam na política o ex-presidente Lula, o Partido dos Trabalhadores, e na história deste País nunca se avançou tanto. Temos que reconhecer a posição do ex-presidente Lula, principalmente na reparação dos direitos do povo negro, dos povos tradicionais, e o ataque intenso que Lula sofre pela burguesia agrária, no sentido de manter seus privilégios, suas regalias, e de se contrapor ao direito do povo. Vimos um partido entrar na justiça para anular a questão das leis que favoreciam o decreto, que favorecia a regulamentação, a regularização fundiária, e infelizmente esse projeto venceu na nossa cidade, um representante dessa elite trabalhou contra os direitos dos povos quilombolas.

Temos que ficar vigilantes, porque Lula sofre um intenso ataque político, justamente por tentar garantir o direito do povo. Não podemos permitir isso, chegou a hora dos movimentos populares, dos movimentos sociais, dos movimentos sindicais, dos lutadores do povo brasileiro verem o que está em jogo na nossa sociedade. Tenta-se derrotar um projeto que tem na sua centralidade alcançar os direitos. Temos de dar o salto pois precisamos avançar nas questões fundamentais, na estrutura social, na organização da sociedade brasileira e na estrutura fundiária, que é a fábrica de pobre. Ali, já se nasce condenado, pois é um pedacinho de terra para um, milhões de hectares para outro. Então, temos que avançar nesse sentido.

Vamos precisar da ajuda de vocês. Essa lei, amanhã, mesmo sendo uma lei específica, já é objeto de muita contradição. Gente da própria base do governo já questiona no sentido de manter os privilégios dessa sociedade latifundiária reacionária, aqui constituída pela forma como se colonizou este país.

Bira, amanhã ficaremos vigilantes porque temos que aprovar essa lei, e temos de avançar. Luís Anselmo, temos de transformar a CDA numa autarquia que tenha



equipamentos, técnicos, qualificação para dar celeridade, e conseguirmos avançar na garantia ao direito fundamental, que é o direito à terra para os quilombolas, para os sem-terra, cuja maioria esmagadora é constituída de negros, excluída desse processo, e avançar para construir uma verdadeira civilização generosa que abrigue todo seu povo com direitos e com avanços sociais, melhorando as condições de vida do povo brasileiro.

Parabéns, Bira, parabéns a todos vocês, e viva o povo negro deste país. (Palmas)
(Não foi revisto pelo orador.)



4444-II

Ses. Esp. 10/12/12

Or. Jaqueline Barreto

Solenidade de Entrega dos Troféus aos Deputados e Jornalistas Destaques de 2012.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Obrigado, deputado Marcelino. Sei da dedicação, do compromisso que o senhor tem para com essa matéria. Sou testemunha desse fato pois, quando o senhor esteve à frente do Incra, tivemos a oportunidade de debater as ações implementadas das políticas de governo com diversas comunidades quilombolas e assentamentos, inclusive no nosso município de Camaçari. É uma satisfação muito grande.

Sem dúvida, amanhã será um dia ímpar nesta Casa, com esse projeto a ser aprovado. Acredito que será aprovado amanhã e, após a aprovação, com o empenho conjunto de todos, poderemos utilizar num breve espaço de tempo a regulamentação do maior número de áreas, favorecendo, assim, uma maior quantidade de famílias na Bahia, como um todo.

Antes de passar a palavra à próxima oradora, quero registrar as presenças: do Quilombo de Santiago do Iguapé; da Comunidade Puri, Capanema, Iguai; Comunidade Quilombola de Entre-Rios; Associação em Defesa dos Afros de Entre-Rios; Quilombo de Cordoaria, do Município de Camaçari; Comunidade Quilombola do São Francisco do Paraguaçu; Sesab; estudantes de Direito, da Ufba.

Vou passar a palavra, e vamos anunciando mais algumas presenças. Registro a presença do vereador eleito numa comunidade quilombola em Cachoeira, vereador Mag, eleito em Santiago do Iguapé, e da comunidade de São Francisco do Paraguaçu. (Palmas)

Passarei a palavra e, logo em seguida, farei novos registros de presença. Passo a palavra, neste exato momento, a Sr^a Jaqueline Barreto para que ela possa fazer a exposição da sua pesquisa. De antemão, Jaqueline, afirmo que o seu trabalho é um elemento estratégico e uma ferramenta importante para o debate, a discussão e o aprimoramento da condição e da qualidade de vida. Sem dúvida alguma, o seu trabalho já é visto pelo governo do Estado como referencial importante para que possamos trabalhar. A prova disso é a representação do Estado nesta Mesa e neste ato.



A Sr^a JAQUELINE BARRETO:- Bom-dia, o meu nome é Jaqueline Barreto, eu sou jornalista e fiz uma pesquisa sobre políticas públicas e comunidades quilombolas da Bahia. Eu vou ter de ser bem objetiva, porque o material é um pouco grande e eu tive de fazer uma edição por uma questão de tempo. Então, mesmo com a edição, o trabalho continua um pouco grande e eu vou ter de ser um pouco objetiva, realmente.

(Lê) “ **Problema de pesquisa:** Como as comunidades quilombolas da Bahia estão inseridas qualitativamente e quantitativamente nas políticas públicas estaduais e federais?

Objetivo Geral da Pesquisa: Identificar os limites e as possibilidades para inserção das comunidades quilombolas da Bahia nas políticas públicas.

Objetivos Específicos: Compreender os programas sociais nas áreas de habitação, inclusão produtiva, assistência social, educação, saúde e segurança alimentar que possuem as comunidades remanescentes dos quilombos como público beneficiário.

Analisar a lógica de operacionalização e execução das políticas públicas específicas e universais pelas instituições governamentais que atendem as comunidades quilombolas.

Diagnosticar os entraves e dificuldades existentes entre as instituições governamentais e as comunidades quilombolas no processo de efetivação das políticas públicas.

Verificar quantitativamente a inserção das comunidades quilombolas nos Programas Sociais.

Metas Qualitativas: Compreensão do processo de efetivação das políticas públicas nas comunidades quilombolas da Bahia,

Metas Quantitativas: Levantar dados sobre a inserção dos Programas Sociais nas comunidades”.

Os métodos que eu utilizei nesse processo de análise. Quais foram os métodos que eu utilizei? Eu entrevistei os coordenadores dos programas sociais das secretarias do Estado da Bahia. Entrevistei os coordenadores dos programas sociais, sociólogos, engenheiros agrônomos, arquitetos; fiz pesquisas nos *sites* oficiais do governo e em livros e levantamento de dados com os coordenadores dos programas. Muitos dados que eu vou expor, hoje, aqui,



ainda não são públicos, não são dados publicados nos *sites* das secretarias do Estado, mas foram dados que eu levantei tendo como base nessas entrevistas que foram feitas com os coordenadores. A partir de hoje esses dados passarão a ser públicos e as comunidades quilombolas vão passar a tomar conhecimento.

Aplicação de questionários socioeconômicos com lideranças quilombolas. Tem a análise do resultado da pesquisa, que originou a proposta de intervenção social, que é o cidadania nos quilombos, que surgiu desse diagnóstico feito sobre a inserção das políticas públicas nas comunidades quilombolas da Bahia. Então, a proposta de intervenção social e cidadania nos quilombos vai atuar em três eixos: habitação, desenvolvimento local e cidadania. Vou explicar eixo por eixo.

Núcleo de cidadania vai trabalhar com os programas de aquisição de alimento, do leite, emissão de DAP, água, energia, previdência social, documentação básica, saúde e programas da área de educação.

Programa de Aquisição de Alimentos propicia a aquisição de alimentos de agricultores familiares, com isenção de licitação, a preços compatíveis aos praticados nos mercados regionais. O PAA possibilita que os agricultores, os quilombolas, estoquem seus produtos para serem comercializados a preços mais justos. Vou resumir o que é o PAA: você que é quilombola e produz em sua comunidade banana, tomate, cebola, alface, coentro e produz milho, bolo de milho, bolo de fubá, biscoito, farinha, galinha caipira, ovos, tudo isso vocês podem vender para o Programa de Aquisição de Alimentos. Ou seja, pode vender tanto para a Conab ou para a SEDES.

Ao vender o quilombola elabora uma proposta solicitando a adesão da comunidade ao programa e vão dizer nas suas comunidades os produtos, a quantidade que vão ser vendidos e a quem vocês querem que os produtos sejam doados. Vão fazer um contrato de um ano e a Conab vai depositar na conta bancária da associação quilombola.

O que acontece muito, por exemplo, em Porteiras, eles plantam muito, têm uma produção muito boa, mas se for pagar por um atravessador já vai uma parte do dinheiro. Vai à feira e acaba não vendendo toda a produção e uma parte é jogada fora porque estraga. Se vocês aderirem ao Programa de Aquisição de Alimentos vão vender diretamente à Conab e



esta vai depositar mensalmente o dinheiro na conta bancária da associação quilombola e o restante vocês podem vender nas feiras, mas o quilombola passa a ter um cliente certo.

Então, esse programa gera emprego e renda para as famílias quilombolas. Vocês vão ter um cliente certo para vender esses produtos. Além de beneficiar quem consome, porque o governo vai pegar esses alimentos que foram comprados por vocês e doar para instituições filantrópicas, para escola, para outras comunidades quilombolas. Então, beneficia tanto quem vende, porque gera emprego e renda na comunidade quilombola, como beneficia quem vai receber esse alimento doado.

Quantas associações quilombolas participam do PAA na Bahia vendendo os produtos para a Conab? Em 2007 não tínhamos nenhuma associação; em 2008 passamos a ter cinco; em 2009, quatro; em 2010, três e em 2011, nove. Infelizmente eles não passaram os dados de 2012. Então, se for fazer um percentual em relação a quantidade de comunidades quilombolas que temos na Bahia, que são 438 certificadas pela Fundação Cultural Palmares, temos apenas 4,7% participando desse programa, que é de extrema importância para gerar rendas nas comunidades quilombolas. Vocês não vão perder mais nem vão ter o custo de pagar para um atravessador, além da questão do dinheiro ser depositado na conta da associação.

Programa de aquisição do leite – seu objetivo é proporcionar o consumo do leite às famílias que se encontram em estado de insegurança alimentar e nutricional e incentivar a produção familiar.

Quem pode consumir o leite? Para ser beneficiário/consumidor do programa, as famílias precisam possuir renda *per capita*, ou seja, por pessoa, de no máximo $\frac{1}{2}$ salário mínimo e ter entre os membros da família crianças de dois a sete anos. Quantos litros de leite a família pode receber? É distribuído um litro de leite por família, em geral. Na família em que há dois membros – público alvo – para recebimento do leite podem ser distribuído até dois litros por família. A distribuição ocorre de segunda a sexta-feira.

Qual é a questão? A partir de 2007, o governo federal colocou as comunidades tradicionais como público prioritário do Programa do Leite. Então, a cota do leite da Bahia é



de 145 mil litros de leite por dia. Essa cota é dividida entre municípios e comunidades tradicionais.

Quantas comunidades quilombolas fizeram o termo de adesão para consumir o leite, na Bahia, de 2007 a 2012? Apenas duas comunidades quilombolas, que ficam em Serrinha e em Boa Vista do Tutopia. Qual é a questão? Se o leite for para o município, quem vai gerenciar o leite é o município. Como a gente sabe que, geralmente, a prefeitura do município não está muito preocupada com os quilombolas, não está muito preocupada com as comunidades quilombolas, não temos como saber se o leite foi ou não para a comunidade. Nem a própria Sedes, segundo as palavras do coordenador, não pode obrigar a prefeitura a levar o leite às comunidades.

Agora, se a Associação Quilombola de Porteiras fizer o termo de adesão do PA Leite, o leite vai direto para a comunidade, o leite vai chegar na porta da comunidade. O presidente da associação carimba o documento, registrando que o leite chegou na comunidade, e as famílias dessa comunidade, que têm crianças de dois a sete anos, vão passar a receber o leite de segunda a sexta-feira gratuitamente. Gratuito. De segunda a sexta-feira.

A chamada Nutricional Quilombola de 2006 constatou que as crianças quilombolas são as que tem maiores problemas de segurança alimentar, maiores problemas de desnutrição. São justamente essas crianças que não estão recebendo o leite, que não estão participando do Programa do Leite. Então, as comunidades aqui presentes, Iguape, Cordoaria, Porteiras, São Francisco... Gente, o que precisa ser feito para as comunidades fazerem o termo de adesão do PA Leite? Simplesmente um ofício. Apenas um ofício com o nome da associação, quantas famílias a comunidade possui e quantas têm crianças de dois a sete anos e encaminhar esse ofício à Sedes – Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza.

O programa está em execução desde 2004. O leite é vendido ao governo, que, por sua vez, faz a doação a municípios e comunidades tradicionais. A venda do leite proporciona a geração de emprego e renda para a família que comercializa para o governo. O quilombola



pode também vender o leite para o governo, para o Programa de Aquisição do Leite, e isso gera renda, gera emprego.

Quantas comunidades quilombolas estão vendendo o leite para o PA Leite na Bahia? Nenhuma. Quais são os fatores que conduzem a essa baixa participação dos quilombolas nos Programas de Aquisição de Alimentos e no Programa de Aquisição do Leite? A ausência de divulgação dos programas nas comunidades. As comunidades não sabem da existência de tais programas governamentais. O governo federal criou esses programas, mas não fez a divulgação necessária. Então, o quilombola não tem como reivindicar a participação dele no PA Leite, se ele não sabe que o PA Leite existe, se ele não sabe que o PA Alimento existe. O que deve ser feito? Uma grande campanha de divulgação em todo o Estado da Bahia, com panfletos, cartazes e em rádios comunitárias. Essa informação precisa chegar aos quilombos. Os quilombolas precisam passar a participar do PA Leite e PA Alimento.

Assistência técnica. Cadastrar no CAD Único. Mais na frente eu vou desdobrar isso, a importância do cadastro no CAD Único. Se o quilombola não estiver no cadastro único, ele não pode participar do PA Leite nem do PA Alimento.

Emissão da DAP. Para consumir o leite não precisa da DAP, mas para a comunidade vender o leite é necessário ter a DAP. O que é a DAP? Quem sabe me dizer o que é a DAP?

(Uma pessoa da plateia se manifesta fora do microfone.)

Rose não vale. Rose é da Sedur, não vale. Eu quero ver os quilombolas falando. DAP é a Declaração de Aptidão ao Pronaf. É uma espécie de identidade do agricultor familiar. É a DAP que diz se você é agricultor familiar e o quilombola é um agricultor familiar.

Então, nós precisamos tirar as DAPS dos quilombolas, porque a ausência da DAP dificulta o acesso a várias políticas públicas do governo. Por exemplo o PA Alimentos. A Associação Quilombola tem que ter a DAP. Se não tiver a DAP não tem como vender para Conab. O PA Leite é a mesma coisa. Para vender para o PA Leite tem que ter a DAP. Quem tem DAP individual aqui de quilombola? Tem a DAP individual e a DAP jurídica. A DAP



jurídica é DAP da associação. Tem alguma associação aqui que tenha DAP? Aí que está o problema. O percentual de comunidades quilombolas que possuem DAP na Bahia é ínfimo, ou seja, é muito baixo. Pode-se dizer que quilombola na Bahia não tem DAP. A gente pode tirar por vocês aqui presentes.

Isso é falta de intermediação entre as comunidades e o governo. É preciso que uma instituição faça essa intermediação, faça esse trabalho de articulação. As comunidades não sabem elaborar as propostas de adesão que serão enviadas a Conab ou a SEDES.

Como solucionar o problema do PA alimento e do PA Leite? Como eu havia falado anteriormente, realizar uma grande campanha de divulgação desses programas, solicitar a assistência técnica da EBDA ou do sindicato dos municípios, articular com a EBDA a emissão das DAPS. Vamos ter que tirar as DAPS das lideranças quilombolas. Capacitar os quilombolas sobre o funcionamento e a operacionalização dos programas.

A Conab faz curso de como funciona o programa de aquisição de alimentos. Quantos quilombolas será que já participaram desse curso da Conab? No auditório da Conab eles dão um curso, durante dois dias, sobre o que é o programa de aquisição de alimentos, como funciona, como a comunidade elabora as propostas. Vocês aqui já participaram desse curso?

Assessoria na elaboração de uma proposta. Tem que elaborar uma proposta. Vocês não conhecem nem o programa, imaginem elaborar proposta. Tem que ter um trabalho de auxílio na elaboração dessa proposta que será enviada a Conab e a SEDES.

Apresentar a questão do leite que será enviado a Conab ou a SEDES. Apresentar a questão do leite. É apenas ofício, por favor. Acho que hoje não dá para sairmos daqui com os ofícios, mas amanhã vamos começar a elaborar esses ofícios, porque os quilombolas precisam passar a consumir o leite, as crianças quilombolas são as que mais precisam do leite e são as que menos estão consumindo leite na Bahia. É apenas um ofício.

O que deve ser feito para o quilombola passar a ser um produtor de leite, para vender o leite para o PA? Solicitar ovinos e caprinos na Seagri, Secretaria de Agricultura. Na Secretaria de Agricultura você tem programas de solicitação de ovinos e caprinos. Solicitar a assistência técnica da EBDA quanto à criação, manutenção e técnica de tratamento do leite. A



comunidade que for beneficiada com os animais deverá, depois, ser inserida no PA Leite, como fornecedora do leite. Portanto, a vinda do leite para o programa governamental vai gerar emprego e renda a essas comunidades. As comunidades quilombolas precisam passar a participar do PA Leite, tanto como consumidoras, quanto como produtoras. Infelizmente, não está participando nem de uma forma, nem de outra.

Previdência Social. Eu apliquei um questionário com o Conselho Estadual Quilombola e indaguei essa questão da inserção dos quilombolas na Previdência Social. Segundo o presidente do conselho, ele me falou que nós temos pouquíssimos quilombolas aposentados, pouquíssimos. Ele falou que não deve chegar nem a 2%. Eu questionei por quê. Ele disse que é porque a Previdência Social exige uma documentação comprovando que exerce trabalho como agricultor familiar e, geralmente, quilombola não tem esse documento para comprovar ao INSS. Fui ao INSS, conversei com Solange Dantas, que é do setor de educação previdenciária, para entender melhor como funciona essa questão do quilombola na previdência social. Ela me explicou, Jaqueline, realmente, o INSS vai pedir desse quilombola, o quilombola idoso, que nunca se inscreveu no INSS, não tem o NIT dele, o número de identificação do trabalhador, e chega aqui no INSS querendo aposentar-se. Nós do INSS vamos realmente pedir, pelo menos, três documentos oficiais, para que as datas desses documentos levem o INSS a conclusão de que aquele quilombola exerceu atividade como agricultor familiar durante pelo menos 15 anos. As datas desses três documentos devem levar a essa conclusão. Realmente, nós sabemos que as comunidades quilombolas são comunidades mais orais. Tem um problema de documentação muito grande.

Quanto ao quilombola idoso que não tem documentação suficiente, Solange falou que os jovens e adultos vão fazer um trabalho de educação previdenciária. Explicar os benefícios da Previdência Social, tirar o NIT, cadastrar no INSS para corrigir o problema histórico da colonização brasileira, que foi uma colonização racista excludente. E com esses jovens e adultos fazemos um trabalho de inserção e educação previdenciária para que eles passem a entender o que é a Previdência Social e se aposentem futuramente. Agora, aquele quilombola idoso que não tem essa documentação suficiente, é necessário que seja inserido no benefício de prestação continuada, que é um dos benefícios da assistência social.



O quilombola a partir de 65 anos com renda *per capita* de até 1 salário mínimo, ou seja, a renda mensal da família de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, vai passar a receber 1 salário por mês. Ele vai preencher um requerimento e uma declaração, não precisa de nenhum documento de que exerce atividade rural. Apenas preencherá uma declaração e um requerimento com o nome completo, a renda da família e levará para o INSS. A assistente social de lá vai até a família para averiguar a informação e os dados. Esse quilombola idoso pode ser inserido no benefício de prestação continuada, e vocês vão receber 1 salário mínimo por mês. Com os jovens fazemos um trabalho de correção das mazelas históricas. É o trabalho de inscrição deles na previdência, o trabalho de educação previdenciária. E os idosos que não temos mais como corrigir inserimos no benefício de prestação continuada.

Conhecem o benefício de prestação continuada? Então, agora os quilombolas idosos que vocês conhecem nas suas comunidades e não têm essa documentação suficiente, vocês podem inserir no BPC, e eles vão passar a receber 1 salário mínimo por mês. É uma saída. Para o INSS, o quilombola é um agricultor familiar como outro qualquer. Pelo BPC, ele não precisa levar nenhum documento que comprove o trabalho na terra. Só vai preencher aquele requerimento e aquela declaração com o nome das pessoas que compõem a família dele e quanto é a renda familiar, além do nome completo, endereço. Portanto, é muito mais fácil o quilombola poder acessar devido à ausência da burocracia, da questão da documentação, e ele vai passar a receber 1 salário mínimo por mês.

Na assistência social os CRAS são um outro problema, porque infelizmente a atuação deles ainda é bem aquém do que deveria ser. Esse material é da Sedes. Foram eles que me forneceram. A análise foi feita sobre a atuação dos CRAS nas comunidades quilombolas da Bahia. A ausência de coordenador, rota acessiva precária, ausência de encaminhamento das famílias para inserção no Cadastro Único, ausência de acompanhamento prioritário às famílias de prestação continuada e benefícios eventuais, a ausência de atividades de gestão do território.

Há a importância de cadastrar os quilombolas no Cadastro Único porque, se cada quilombola não tiver sido cadastrado no Cadúnico, ele não existe para o Estado brasileiro. O Cadastro Único é a porta de entrada para ele ter acesso ao Plano Brasil Sem Miséria.



Em algumas comunidades estima-se que existam 2500 famílias, mas apenas 250 estão cadastradas, ou seja, no município existem 2500 quilombolas e desses 2500, apenas, 250 estão no CAD Único. Em Cairu estima-se que são 2500 famílias, mas apenas 300 famílias cadastradas. Em Campo Formoso estima-se 5000 famílias, mas apenas 587 estão cadastradas. Em Cachoeira estima-se que são 3500 famílias quilombolas e apenas 337 estão no CAD Único, ou seja, praticamente 3200 famílias estão fora.

Qual problema é gerado quando o quilombola não está no CAD Único?

Devemos fazer uma campanha de inclusão no Cadastro Único das famílias quilombolas da Bahia. Deve ser feita uma campanha a nível estadual de inclusão desses quilombolas no CAD Único. O CAD Único é a gestão municipal do Bolsa Família. Infelizmente muitos municípios não têm interesse em levar políticas públicas para quilombolas, não têm essa preocupação.

A coordenadora do Bolsa Família me deu a sugestão de fazer uma mobilização estadual para cadastrar esses quilombolas no CAD Único. Se ele não estiver cadastrado não poderá ter acesso ao Bolsa Família, o Brasil Carinhoso, o Bolsa Verde, o PA Alimentos, o PA Leite, o Programa de Habitação. Então temos que cadastrar os quilombolas do Estado da Bahia no CAD Único, deputado Bira Coroa. Esse é um trabalho de articulação com as gestões municipais e com as comunidades locais, com as sedes. Em Margojipe eram 34 quilombolas cadastradas, a SEDES articulou com a prefeitura de Maragojipe e atualmente são 334 quilombolas cadastrados. Isso graças ao trabalho de articulação.

Também é importante o mutirão de documentação, pois não é possível elaborar políticas públicas para um quilombola que não tem nem RG nem CPF. Este é o princípio básico é a raiz . Então deve ser feito um mutirão de documentação.

Como expliquei antes, quando ele é incluído no Cadastro Único ele passa a receber o bolsa Família, o Brasil Carinhoso etc. O sistema analisa as informações do sistema e a partir da renda dele ele passa a acessar o programa a que tem direito.

O Bolsa Verde deve ser concedido a quilombolas que estão em áreas de reservas extrativistas, florestas nacionais e de conservação ambiental, que podem passar a receber de



três em três meses uma bolsa de 300 reais. Para isso é preciso que esteja incluído no cadastro único.

Também temos que tirar a DAP dos quilombolas, realizar mutirões de saúde nessas comunidades. A questão da educação é uma questão mais de município, governo estadual governo federal. Para nós, enquanto terceiro setor fica uma situação um pouco mais restrita. Mas podemos fazer um termo de adesão das comunidades ao Programa TOPA Alfabetização da Secretaria de Educação do Estado. Educação de jovens e adultos solicitar ao MDA o Arca das Letras.

Vocês conhecem o Arca das Letras?

Nenhum quilombola aqui conhece o Arca das Letras?

O Arca das Letras são minibibliotecas que você solicita ao MDA, que é o Ministério de Desenvolvimento Agrícola, nas comunidades de vocês para estimular a leitura, estimular a pesquisa. Então você faz um ofício solicitando ao MDA o Arca das Letras.

Educação. Como vamos estar nessas comunidades, vamos poder fazer um diagnóstico das demandas educacionais dessas comunidades. Então, encaminhar aos órgãos competentes as demandas educacionais das comunidades; encaminhar à secretaria do Estado da Bahia, encaminhar à secretaria municipal de educação. Por exemplo, escola - não tem escola na comunidade ou tem escola, mas não tem material didático, ou tem material didático, mas não tem professor, ou tem professor, mas não tem computador. Então, apresentar essas demandas nas esferas competentes ou até fazer um trabalho de articulação com os parlamentares visando iniciativas direcionadas para a compra de computadores para as escolas das comunidades, compra de material didático.

Habitação. Programa Nacional de Habitação Rural, segundo o programa do governo, as associações quilombolas, cooperativas, Ongs e sindicatos devem elaborar os projetos e enviá-los à Sedur, à Caixa Econômica Federal. O programa exige que as instituições elaborem um projeto técnico-social, técnico que tenha parte de arquitetura, um projeto técnico e um projeto social que deve ser assinado por profissionais de ciências humanas e por um arquiteto.



De 2009 a 2012, quantos projetos de associações quilombolas, ONGs, sindicatos e cooperativas destinados às comunidades quilombolas da Bahia foram recebidos na Caixa Econômica para o Programa Nacional de Habitação Rural? Apenas uma proposta de PNHR, só encontrei essa proposta. Eu mandei um ofício a todas as superintendências da Caixa Econômica, apenas a superintendência do Norte, de Feira de Santana, que é a maior superintendência do Estado, recebeu uma proposta de PNHR para quilombola, que foi para a comunidade quilombola na Fazenda Taratai, Eldorado e adjacências, no município de Abaré, num total de 48 unidades habitacionais, apresentada pela cooperativa do Piemonte da Diamantina. O projeto ainda está em fase inicial de análise.

De 2009 a 2012, a Caixa Econômica recebeu apenas uma proposta de PNHR para as comunidades quilombolas. Estou até com – eu imprimi – os e-mails que a Caixa Econômica mandou para mim para comprovar. Quem quiser ter acesso ao material, todas as superintendências da Caixa Econômica responderam, apenas receberam só uma proposta.

Tem verba na Caixa Econômica, não tem, Rose? Rose é da Sedur, não me deixa mentir. O dinheiro está na conta, tem dinheiro para a gente fazer o projeto de habitação, vamos fazer esses projetos. Está na conta o dinheiro, só não tem projeto. Não chega projeto. Então, segundo Rose, que não me deixa mentir, qual a probabilidade de o projeto ser aprovado, Rose?

A Sr^a Rose:- Bom-dia, gente, meu nome é Rose, trabalho na Sedur com habitação. É o seguinte: como eu estava falando para a Jaqueline, estamos criando junto com a Caixa um programa de projeto arquitetônico que já vai ser avaliado. Vocês não vão ficar mais com esse ônus de pagar análise de projeto. Sempre falo isso, tem lá o banco de projetos, vocês podem escolher o que se adapta à comunidade de vocês, mas também está livre de ter um arquiteto ou um engenheiro levando uma proposta nova. Nós, lá na Sedur, estamos à disposição de vocês para fazer o acompanhamento do projeto arquitetônico, também do projeto social e todo o acompanhamento da obra. Temos aqui Lenira, Florisvaldo, o pessoal de Entre Rios também, espero que a gente se engaje no projeto e já comece 2013 com o pé quente, porque recurso tem.



A Sr^a JAQUELINE BARRETO:- Segundo o governo, a construção de cada casa custa em torno de R\$ 25.000,00. O quilombola paga 4% do valor, ou seja, paga R\$ 1.000,00 para a construção da casa. O pagamento é dividido em quatro parcelas, portanto, são quatro parcelas de apenas R\$ 250,00, pagas durante quatro anos, sendo que o beneficiado ainda terá um ano de carência para começar a pagar a primeira parcela. São R\$ 1.000,00 que o quilombola vai pagar por uma casa que custaria R\$ 25 mil – vocês vão pagar R\$ 1.000,00. Estes vão ser divididos em quatro parcelas de R\$ 250,00, e vocês ainda terão um ano para juntar o dinheirinho para, no outro ano, no final do outro ano, começar a pagar a primeira parcela.

Isso aqui eu não poderia deixar de falar, por mais que eu esteja correndo. Para mim, isso é um crime antropológico, é um crime contra as comunidades quilombolas fazer-se um projeto arquitetônico desse. É melhor que nem faça, porque comunidade quilombola comunidade tradicional, é uma comunidade que tem história, tem uma relação ancestral com o território, uma relação religiosa. Então, não se pode, simplesmente, fazer um projeto arquitetônico de cima para baixo, imposto pela construtora, pelo arquiteto, pelo engenheiro, sem consultar a comunidade. O projeto tem que representar a comunidade. A comunidade tem que se ver no projeto, tem que se ver naquela casa, tem que ter o sentimento de pertencimento. Não adianta sair construindo essas casas se o quilombola não vai se enxergar nelas, não vai se vê nelas. Isso aqui é um crime, descaracteriza a comunidade completamente. Como é que uma comunidade que tem um projeto desse vai fazer um trabalho, Rose, de turismo étnico? Como é que vai se fazer um trabalho de turismo étnico com um trabalho desse parecendo Mussurunga, Cajazeiras? Não é Mussurunga, não é Cajazeiras, é uma comunidade tradicional. Tem que ser feito um projeto que represente a realidade dessa comunidade, sua história, sua tradição...

Aqui está a relação... Vou falar agora sobre a energia, sobre o programa Luz para Todos. Como vocês sabem, a Associação Quilombola deve elaborar um ofício e encaminhar à Coelba, à Seinfra solicitando energia. Aí, o que é que acontece? Entrevistei o Dr. Gilson Moraes, que é o diretor de Energia da Seinfra e fiz-lhe alguns questionamentos: como vou fazer um projeto produtivo para uma comunidade quilombola que ainda não tem energia



elétrica? Como vou fazer um projeto produtivo de fábrica de doces ou polpa de frutas, se não tem nem energia elétrica na comunidade? Ele respondeu-me: “Jaqueline, faça o contrário, faça primeiro o projeto produtivo” – isso é importante que vocês entendam – “e dê entrada na Seinfra, porque é o projeto produtivo que vai conduzir a aprovação no comitê gestor.” É o projeto produtivo da fábrica de doces que vai justificar a aprovação no comitê gestor, porque o Luz para Todos é um programa do Plano Brasil Sem Miséria.

Depois, até dei uma lida no programa para ver se o que ele estava falando batia com a realidade, e, realmente, no Luz para Todos tem-se lá as prioridades: projetos da agricultura familiar, projetos que vão gerar emprego e renda nas comunidades devem ser priorizados na avaliação do comitê gestor. Então, se uma comunidade quilombola está com um projeto produtivo que vai gerar emprego, vai gerar renda para aquela comunidade, e o comitê gestor não aprova aquele projeto de energia, ele está automaticamente tirando a possibilidade de aquela comunidade ter acesso à geração de emprego e renda.

Ele me garantiu, pelo menos foram as palavras dele: todos os projetos da agricultura familiar que foram encaminhados para a Seinfra foram aprovados. Todos foram aprovados pelo comitê gestor, mesmo com o orçamento muito mais alto foram aprovados por serem produtivos. Ele falou mais: fale com as lideranças quilombolas que, quando forem elaborar os ofícios, se tem poço na comunidade, botem o poço; tem escola mas não tem energia ainda, botem escola; posto de saúde... Tem algum projeto produtivo? Bote isso no ofício, porque são elementos que conduzem à aprovação no comitê gestor – o poço, o posto de saúde...

Até trouxe esse material também. Gostaria que vocês dessem uma olhadinha... Viu, Bira, ele imprimiu para mim este material dos projetos que foram aprovados em comunidades quilombolas de energia. E realmente eles se encontram em destaque: projeto de polpa de fruta, projeto de casa de farinha, eles colocam em destaque. São elementos que conduzem à aprovação no comitê gestor.

Qual é a pressão? Não é somente elaborar um projeto de habitação para a área quilombola. O que há de se fazer também? Gerar empregos e renda para essas comunidades. É todo um trabalho de articulação na verdade que abrange desde o RG e CPF englobando a



inclusão no cadastro único, habitação, a geração de emprego e renda, etc. Isso se, realmente, nós quisermos mudar a realidade dessas comunidades.

Há a elaboração de projetos de inclusão produtiva destinados à comunidade quilombola com o objetivo de gerar emprego e renda familiar. Geralmente, para as secretarias de estado e instituições federais, o processo burocrático estatal exige que a associação elabore um projeto com plano de trabalho e plano de orçamento. E as comunidades quilombolas têm dificuldade em elaborar tais projetos.

Então, o que deve ser feito? Formar uma equipe de técnicos, engenheiros agrônomos, agropecuários para dar suporte técnico na elaboração desses projetos produtivos, ou seja, quer sejam projetos na agricultura, agropecuária, pesca, mandiocultura, fruticultura, apicultura, fábrica de doces, polpas de frutas, casas de farinha, aquisição de animais, aviários, hortas comunitárias e na área de artesanato também.

Gente, vejam, existe verba para esses projetos produtivos, repito, existe verba. A Seagri – Secretaria de Agricultura Irrigação e Reforma Agrária – abrirá, no próximo ano, um edital que beneficiará cerca de 84 associações quilombolas só para projetos produtivos. A Caixa Econômica Federal abriu edital. A Seppir – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – abriu, também, edital para processos produtivos. A Fundação Banco do Brasil e o Instituto Votorantim financiam.

Observem, verba existe, mas há de ser feito um trabalho de articulação e de elaboração do projeto, a fim de se fazer um diagnóstico local, identificar qual o potencial produtivo daquela comunidade, como está a cadeia produtiva. Há projetos de criação de galinha caipira, de horticultura e de hortas comunitárias.

Quanto à mandiocultura, por exemplo, este projeto foi feito pelo Sebrae que realiza um trabalho muito bonito mesmo nesta área. O Sebrae realizou este projeto em Itaguaçu da Bahia, na comunidade de quilombolas de Barreiros. Esta comunidade de Barreiros, hoje em dia, a partir da mandioca, eles estão gerando 33 produtos, tais como: massa de lasanha, pizza, biscoito voador, sorvete, etc.

Todos esses produtos são a partir da massa de mandioca. E 60% desse material são vendidos para o Programa Aquisição de Alimentos que já expliquei para todos. Então, isso



gera renda para a família e emprego. Sabemos que a renda *per capita* de famílias quilombolas é muito baixa. Infelizmente, essas comunidades ainda estão em nível de extrema pobreza.

Há, também, fábrica de doces, artesanato, cerâmica, polpa de frutas, aviário – criação de galinhas. Há, também, a cadeia produtiva como a assistência técnica, aumento da produção, elaboração do projeto produtivo, captação dos recursos do projeto, comercialização tais como: agregar valor ao produto, logomarca quilombola, fixação de preço. Já se vende tais produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação.

Na verdade, algumas ONGs e alguns sindicatos já fazem este trabalho de elaborar projetos nesta área de agricultura familiar. Mas a nossa proposta – a minha e a da associação dos quilombolas – é a de que todos os projetos elaborados pela nossa equipe, todos mesmo, serão em nome das associações quilombolas. As associações quilombolas serão as instituições proponentes dos projetos, tanto os produtivos quanto os da habitação.

Nem a minha instituição tampouco um quilombola poderão ser proponentes, até porque é bom que a associação administre o projeto e o dinheiro. Eu não tenho interesse nenhum em ganhar dinheiro em cima desses projetos de habitação ou projeto produtivo. Não temos nenhum interesse em ganhar nenhum percentual em cima desses projetos. Nossa proposta é a de que seja em nome das associações quilombolas.

Vamos, agora, apresentar os dados da participação dos quilombolas nos programas. Iniciando o período de 2007 a 2012, quantos são os projetos das associações quilombolas? Quatro projetos. Quantos projetos foram elaborados por ONGs, sindicatos, prefeituras, cooperativas das nossas comunidades quilombolas no Programa Semeando Renda de 2007 a 2012? Cinco.

Há o Projeto da Agricultura Familiar Agroecológica com cinco convênios que foi no território do Baixo Sul. Quantos contratos de repasse de cozinha comunitária para as comunidades quilombolas na Bahia? Apenas um contrato de repasse, em 2010, para a cozinha comunitária de Lajes dos Negros no município de Campo Formoso. Há o Programa de Cisternas. Observem, 33 comunidades foram beneficiadas com o programa de cisternas.



O setor de agropecuária da Seagri – Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária – financia projetos para a aquisição de ovinos, caprinos, kit apicultura, casa de mel.

No período de 2007 a 2012, apenas uma organização quilombola encaminhou projeto, que foi a Associação Quilombola de Paus Altos.

O setor de Agroindústria da Seagri, que é recente, 1 ano aproximadamente, recebeu uma solicitação de construção de uma fábrica de doces da Associação Comunitária Maria Quitéria, que fica em Feira de Santana.

O Programa de Incubadora Temática, da Setre, recebeu, de 2007 a 2012, três projetos, numa parceria do Instituto Mauá com essa secretaria, para a Comunidade Quilombola de Dandá, localizado em Simões Filho. Um programa para geração de emprego na área de artesanato. O Instituto Steve Biko também elaborou um projeto para a Comunidade Quilombola Rio dos Macacos, que está em execução; e a Universidade Federal do Recôncavo Baiano elaborou um projeto para a Comunidade Quilombola Kaonge, na Bacia do Iguape.

O Programa Trilha é destinado à inclusão produtiva da juventude rural, executado pela Secretaria da Agricultura, de 2008 a 2012. Esse programa oferece a jovens de 16 a 29 anos a formação em caprinos, aves, apicultura, piscicultura, agroindústria, horticultura. Para esse há apenas dois projetos de duas ONGs: a Associação de Moradores do Marimbu - Rio Negro e Santo Antônio, para a comunidade de quilombola do município de Taperoá; e a ONG Cesab.

O Projeto Quilombolas da CAR fez uma parceria com a Sedir, e assim houve a articulação do Programa Produzir com o Projeto Quilombolas.

Temos as solicitações dos quilombolas que foram contempladas pela CAR.

E o que deve ser feito? Você deve fazer projeto de habitação para a comunidade quilombola; elaborar projetos produtivos para gerar emprego e renda; fazer mutirão de documentação dessas comunidades, inclusão no Cadastro Único. Mas deve ser feito um trabalho de fortalecimento institucional e político dessas comunidades, até porque esses projetos vão ser em nome das associações.



Então tem de ser feito um trabalho de fortalecimento dessas comunidades. Deve ser destacada a importância do associativismo, do fortalecimento das entidades quilombolas, do processo histórico da sua formação durante a escravidão. Como também a formação de lideranças comunitárias, a educação previdenciária. Como prestar contas e fazer um orçamento para um projeto? A CAR já desenvolve cursos de elaboração de projetos sociais através do Projeto Quilombolas. Já tive até um conversa com eles para fazermos um trabalho de articulação com a CAR no sentido do fortalecimento institucional.

Resultado do Projeto. Se você tira a documentação dos quilombolas, RG, CPF e DAP, inclui nos programas de transferência de renda, Bolsa Família, Brasil Carinhoso, etc, faz um fortalecimento institucional e político das comunidades, leva o programa de habitação para elas, o Água Para Todos, o Luz Para Todos, e faz um projeto de geração e emprego e aumento da renda familiar dessa comunidade, o que acontece? Você tem a saída do estado de extrema pobreza. Só assim vamos conseguir tirar as comunidades quilombolas do estado de extrema pobreza, com o trabalho de articulação entre os programas sociais.

Há vários programas sociais nos governos do Estado e federal, e eles devem ser articulados. É necessário articular o programa da agricultura familiar com os programas de habitação, energia, água. Porque não é só levar a habitação e deixar a comunidade lá; é preciso levar também a geração de emprego e renda, faz um mutirão em documentação, etc.

Aí tem a relação do Projeto Cidadania nos Quilombos com o Plano Brasil sem Miséria. Esse mapa é do Plano Brasil sem Miséria do governo federal, que funciona com três eixos: o da garantia de renda, com os programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, o Brasil Carinhoso, o Bolsa Verde; o eixo de acesso aos serviços públicos, que são habitação, luz, etc, e inclusão produtiva. Então, o plano Brasil Sem Miséria, na verdade, só vai conseguir tirar as comunidades tradicionais, as comunidades quilombolas do estado de extrema pobreza se for feito esse trabalho de articulação entre as políticas públicas, entre os programas sociais dos governos estadual e federal. Desde o RG, o CPF, cadastro único até habitação, emprego e renda, só com essa continuidade desses programas é que a gente consegue tirar as comunidades quilombolas do estado de extrema pobreza.



Eu gostaria de aproveitar a oportunidade já que as lideranças estão aqui para comunicar que estamos construindo o Instituto das Comunidades Quilombolas, que vai executar essa proposta de intervenção social. Nós vamos passar uma lista e eu gostaria que as lideranças das comunidades quilombolas que têm interesse em participar da instituição, como no conselho fiscal, vamos fazer uma votação, participar da proposta da intervenção social, coloquem seus nomes, e-mails e telefones e a gente entra em contato para tentar compor esse instituto, através do qual vamos fazer o trabalho de intermediação entre as comunidades quilombolas e as instituições governamentais.

(Não foi revisto pela oradora.)

**DL-02****Ses. Esp. 10/12/12**

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Nós agradecemos, Jaqueline, pedimos desculpas por limitar o tempo, é porque há uma preocupação com a desocupação desse ambiente que, no início da tarde, ele será o plenário principal da sessão ordinária. E é importante que outras pessoas também possam dar a sua contribuição.

Fazíamos aqui na Mesa uma discussão, e houve unanimidade, Jaqueline, e podemos nos sentar logo depois e examinar a possibilidade de produzir com os mandatos daqui e outros órgãos do Estado uma cartilha orientadora que digam como as comunidades quilombolas podem inserir-se nos diversos programas. Nós até brincamos aqui dizendo que poder-se-ia criar o passo a passo para cada um dos programas, na ação social, na habitação, na energia. Dá para fazermos um material para auxiliar nessas informações. Reconhecemos que a maior dificuldade ainda é a produção de projetos e é a inserção, muitas vezes, dos nossos quilombolas. Temos algumas dificuldades que estão sendo superadas até mesmo com a formulação e a criação das associações, porque muitas comunidades não têm uma associação, então não têm o elemento jurídico e algumas estão com a associação constituída, mas com vencimento do período das direções, e precisamos dar também essa orientação. Em algumas comunidades, estamos enfrentando conflitos internos, nós não vamos intervir nas disputas internas, mas temos algumas comunidades que ora brigam para serem representadas por duas ou até mais de duas entidades. São situações que precisam ser resolvidas internamente, nas comunidades, reconhecemos isso, e é importante que possamos criar um mecanismo de orientação e de acompanhamento para facilitar a inserção.

Sei que muitas das políticas no âmbito federal e estadual não chegaram ainda e não foram implementadas nas comunidades. A maioria muito bem destacada no trabalho de pesquisa e na exposição, porém temos que criar um mecanismo para superar as dificuldades e podermos avançar no processo.

Antes de passar a palavra ao próximo orador, quero registrar as presenças do presidente do PT de Itanagra, vereador Juraci Leal, do presidente do PR de Itanagra, vereador



Luciano, aqui presente. (Palmas) E do secretário – geral do PR de Itanagra, Sr. Neri.

Quero destacar que o vereador Juracy, no período de seu mandato, fez diversas intervenções no município de Itanagra, inclusive, com a indicação para o reconhecimento de quilombos daquela região e daquele município em especial.



4445-II

Ses. Esp. 10/12/12

Or. Luiz Anselmo

Solenidade de Entrega dos Troféus aos Deputados e Jornalistas Destaques de 2012.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Neste momento, passo a palavra ao representante da Secretaria da Agricultura, Sr. Luiz Anselmo.

O Sr. LUIZ ANSELMO:- Bom-dia a todos e a todas, primeiro, quero saudar o nosso companheiro e amigo, deputado Marcelino Galo, que tem a honrosa tarefa de ser o relator de um projeto que contribuirá para dar avanços significativos para as comunidades tradicionais, tanto quilombolas quanto de fundos e fechos de pastos, o qual, como já foi dito anteriormente, estará sendo colocado em votação por este Plenário.

Também quero saudar aqui o nosso companheiro Bira Corôa, deputado estadual combativo, que tem levado luta das comunidades tradicionais quilombolas aqui na Assembleia Legislativa, e ao fazê-lo, estendo a todas as demais autoridades que estão na Mesa. Na pessoa da nossa companheira Damásia, quero saudar também a todos os presentes e a todos os representantes das comunidades quilombolas que aqui se encontram.

É com grande satisfação que estamos aqui neste evento, que marca um momento significativo na luta das comunidades negras baianas, no caso específico, das comunidades quilombolas. E fico bem à vontade para poder estar aqui, conversando com a companheirada, porque passou o período agora, o mês de novembro, que foi o Novembro Negro, que teve várias ações afirmativas no campo da política de reparação e reconhecimento das comunidades negras, da população negra, sempre relegadas a segundo plano numa sociedade de supremacia e de concepção branca. É importante marcar esse momento.

Fico também feliz, porque na semana passada, nessa lógica de ação afirmativa, foi realizado um evento pela Sepromi, que foi o lançamento da cartilha de direitos das comunidades negras quilombolas e comunidades também tradicionais.

Isso é um passo importante, que mostra a presença do governo, afirmando de forma extremamente contundente que tem compromisso e está trabalhando para que cada vez mais se avance nessa luta de afirmação das comunidades negras e da população negra baiana.



E quando falo, incorporo, também, as outras comunidades tradicionais, não só como já foi levantado pelo nosso companheiro, representando o secretário Elias, companheiro Maurício, que esteve aqui falando, que é afirmar e tirar da invisibilidade essas comunidades que povoam o território baiano e precisam ser vistas.

Essas ações são importantes, companheiro deputado Bira, quando o senhor traz esse tema para a Assembleia Legislativa. E eu fico bem à vontade, porque no âmbito da Secretaria da Agricultura, o órgão que estamos dirigindo tem a atribuição de encaminhar as políticas de regularização fundiária para as comunidades tradicionais, seja fundo de pasto ou fecho de pastos, ou as comunidades quilombolas que ocupam as terras devolutas, porque são essas terras que são do patrimônio do Estado da Bahia, e sobre essas o Estado pode dar a destinação que melhor lhe convier, desde que esteja de acordo com a legislação do nosso Estado.

Então, companheiro Bira, permita-me chamá-lo assim, fico extremamente honrado de estar aqui, nesse momento, representando a Secretaria de Agricultura, porque tem contribuições significativas a dar nessa caminhada. Desejo sucesso a todos.

Aproveito para parabenizar o trabalho da nossa pesquisadora, Jaqueline, que mostrou que existe uma gama de projetos que podem ser trabalhados e apropriados pelas comunidades, mas que tem toda uma caminhada para que isso também se torne realidade. E o companheiro Bira Corôa já sinalizou, num primeiro momento, um instrumento vil simples, que seria uma cartilha massificada, para que todos saibam que têm o direito, mas para que esse direito se materialize é preciso que sejam dados alguns passos, e esses passos serão distribuídos, divulgados com o conjunto dos companheiros e das companheiras quilombolas aqui presentes.

Então, muito obrigado, e o companheiro Bira Corôa está de parabéns por esse grande evento. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



4446-II

Ses. Esp. 10/12/12

Or. Walter Altino

Solenidade de Entrega dos Troféus aos Deputados e Jornalistas Destaques de 2012.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Passo a palavra ao representante do *Atitude Quilombola*, companheiro Walter.

O Sr. WALTER ALTINO:- Bom-dia. Quero saudar a todos e todas, em nome dos representantes que estão compondo a Mesa.

Gostaria de dizer que nós, do *Atitude Quilombola*, quando soubemos da proposta de Jaqueline, nós não pensamos duas vezes. A proposta de Jaqueline, na verdade, foi uma proposta não só da Jaqueline jornalista, pesquisadora, mas da Jaqueline militante, porque ela fez essa pesquisa sem nenhum apoio, sem apoio de nenhuma secretaria, sem apoio de nenhuma instituição formal. Jaqueline fez a pesquisa com o dinheiro dela, por militância, após o vídeo que foi feito, por ter-se, na verdade, tornado uma quilombola, na minha opinião. Eu acho que Jaqueline, hoje, tem o sentimento das necessidades, daquilo que é o sofrimento da comunidade quilombola, ela tomou isso como uma luta.

Então, nós, do *Atitude Quilombola*, que somos uma instituição do movimento negro, que temos 8 anos de lutas, e uma das nossas lutas foi com a comunidade que está aqui, que é a comunidade do Paraguaçu, - lembram que a gente fez aquela passeata lá em Cachoeira, quando a comunidade do Paraguaçu estava sendo ameaçada, e acho que foi uma das primeiras instituições que apoiou a luta dos quilombolas, que depois também constou no vídeo de Jaqueline. E eu me lembro que a gente tinha até um grito: “todo quilombola tem direito à terra”, *Atitude Quilombola*, até hoje o pessoal lembra disso.

Então, quando a gente viu que esse projeto se tratava dessa importância, a gente não pensou duas vezes, apoiar e entrar de cabeça no projeto, mesmo com poucos recursos.

E aí eu digo isso, porque tivemos a contribuição fundamental do deputado Bira Corôa, tivemos também a contribuição da Secretaria de Direitos Humanos, mas não tivemos mais contribuição de nenhuma instituição. Tivemos dificuldades, a gente não tinha dinheiro para mobilizar, mas fizemos com os nossos recursos, fomos de carro, andamos pelas



comunidades e depois contamos com o apoio do deputado Bira Corôa, que nos ajudou a cobrir uma parte dos custos.

Mas, esse projeto é fruto de um projeto de engajamento, de entendimento de que a luta do povo quilombola é uma luta ancestral, é uma luta pelo direito não só à terra, mas pelo direito à manutenção de uma cultura, que é uma cultura da coletividade, uma cultura da solidariedade, uma cultura, digamos assim, que remonta o espírito de Zumbi dos Palmares, que é a cultura de como podemos viver, viver juntos, fora da África, mas mantendo o sentimento africano, que é esse sentimento comunitário. E aí, eu acho que é o espírito que move a gente, estar buscando esse novo projeto e gostaria de dizer, também, que é importante hoje, as políticas públicas do governo Lula, porque o governo Lula teve a sensibilidade de compreender que o povo quilombola é um povo que é necessário ter um olhar diferencial.

E, isso não acontecia nem com o DEM, nem com os outros representantes de partidos que estiveram no poder, nem o PSDB nem nenhum deles. Então, é com o governo Lula que temos a possibilidade, hoje, de estar conseguindo ampliar esses direitos.

Era isso que eu queria deixar aqui como possibilidade de a gente refletir, para poder continuar.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



4447-II

Ses. Esp. 10/12/12

Or. Idimara Dantas

Solenidade de Entrega dos Troféus aos Deputados e Jornalistas Destaques de 2012.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Nós é que agradecemos.

Quero passar a palavra, agora, à representante do Sebrae, Idimara Dantas, que aqui representa Edival Passos.

A Sr^a IDIMARA DANTAS:- Bom-dia, quero saudar a Mesa em nome do deputado Bira Corôa, aqui representando meu superintendente Edival Passos, pelo Sebrae que muitos de vocês podem conhecer, que é o Serviço de Apoio a Micro e Pequena Empresa. É um órgão que está de portas abertas para vocês, porque vocês são o Brasil e a Bahia. Vocês representam, para o Sebrae, uma história, vocês têm a nos ensinar. Então, o Sebrae precisa que vocês vão ao Sebrae.

Na questão da pesquisa, Jaqueline, você está de parabéns, porque você usou o que o geógrafo, muitos de vocês não conhecem, mas procurem lá, por seus netos e filhos, o geólogo chamado Milton Santos que, se hoje estivesse vivo, estaria feliz porque na Casa do povo vocês estão representando, hoje, uma classe que está esquecida até por vocês mesmos.

Então, na realidade, Jaqueline, eu parabenizo você e deixo o Sebrae de portas abertas para que você possa interagir com a instituição Sabrae, onde a gente pode construir muita coisa. Agradeço também ao vereador, representando, porque acho uma coisa muito linda, a gente devia dar uma salva de palmas para ele (palmas). Levante aí, porque eu acho que é uma coisa nobre. Como é seu nome? Florisvaldo. Você, hoje, representa toda a cultura do seu povo.

Então, você tem uma responsabilidade muito bonita, muito dura, mas muito bonita, porque você vai levar à Casa do povo, que é a nossa Assembleia, você vai levar muitas vezes as angústias, as soluções e, às vezes, as alegrias desse povo, que muitos de nós não conhecemos. Olhando para você, estou me lembrando de Nelson Mandela, que hoje está no hospital e temos que rezar muito por ele. Você hoje representa para a gente, para todo o povo



brasileiro e, principalmente, para o povo baiano, a voz dessas comunidades, que estão lá dentro produzindo riquezas e não estão sendo mostradas e valorizadas.

Jaqueline, meus parabéns, o Sebrae agradece muito, eu agradeço estar representando meu superintendente aqui, porque pude ver que a Casa do povo recebeu vocês, e recebeu vocês mostrando que aqui é o começo de uma história que tem que ser trazida, tem que ser revitalizada e tem que ser valorizada.

Então, o Sebrae está em quase todos os municípios de Salvador ou quase todos, por favor, procurem. Essas associações que Jaqueline muito bem disse ali, que precisam ser fortalecidas, o Sebrae tem essa missão de fortalecer essas associações. Então, vocês nos procurem, que a gente tem consultoria para fortalecimento das organizações associativas e comunitárias do povo quilombola.

Portanto, em nome de Edival Passos, eu deixo aqui as portas abertas do Sebrae, para a Comunidade Quilombola.

Muito obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

**4448-II****Ses. Esp. 10/12/12****Or. Edson Conceição Falcão****Solenidade de Entrega dos Troféus aos Deputados e Jornalistas Destaques de 2012.**

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Há duas pessoas presentes à nossa Mesa que são D. Roxa e o Sr. Edson e são, também, representantes de comunidades quilombolas. Logo em seguida, daremos a palavra a algumas pessoas presentes em plenário. Temos o tempo corrido, mas vamos apertar um pouco para que algumas lideranças, também, possam se posicionar.

E, antes de encerrar, entregaremos uma honraria a D. Roxa, representando o Quilombo de Cordoaria. Esta honraria foi concedida no ano passado e houve dificuldades para ser entregue a ela oficialmente. Este é o reconhecimento da Comissão da Promoção da Igualdade pelo trabalho que ela desenvolve como matriarca da Comunidade Pérolas Negras. Este troféu tem o nome de Benedita da Silva e ela o receberá da Assembleia Legislativa.

Passo a palavra ao representante de todas as comunidades quilombolas, o Sr. Edson C. Falcão, para falar em nome deles.

O Sr. EDSON DA CONCEIÇÃO FALCÃO:- Bom-dia companheiros e companheiras. Eu, Edson da Conceição Falcão, fico muito honrado em ter participação em uma Mesa tão importante. A gente só conseguiu ver isso nos governos do ex-presidente Lula e da atual presidente Dilma.

Companheiros, hoje, a gente tirou um pouco de nosso sofrimento. Quando a gente estava em nossa base, a gente só via isso através do *BA TV* ou *Jornal Nacional*. Tenho a certeza de que vários colegas nossos pensavam: “Meu Deus, será que eu nunca vou pisar ali?” Hoje, isso se torna realidade. Depois do dia em que a gente conheceu aquele senhor sentado ali, deputado Bira Corôa, e, posteriormente, conhecemos o deputado federal Luiz Alberto, tenho certeza de que a nossa vida está mudando para melhor a cada dia que passa.

Gostaríamos de dizer a D. Rose que nós, quilombolas, em primeiro lugar, só queremos uma coisa: o título da terra. (Palmas) É por isso que nós lutamos, ou seja, lutamos pelo título da terra. D. Rose, nós estamos sendo massacrados por aqueles que queriam ser



fazendeiros sem ser, pois os verdadeiros fazendeiros somos nós, descendentes de nossos avós e tataravós que nasceram naquela terra e morreram naquela terra.

(O Sr. Edson da Conceição Falcão aponta para as pessoas sentadas no plenário.)

D. Rose, eu tenho certeza de que nem um desses produz leite ou nem um desse tem vaca para produzir leite. Nem um desses tem trator. Se nós não temos a terra, nós não temos trator, não temos vacas, não temos leite e não temos nada. É por isso que nós estamos lutando. Nós estamos tentando obter, ao menos, a nossa titulação da terra. Quanto ao lugar onde nós temos o nosso barraco, aqueles que se dizem fazendeiros derrubam e queimam. Quando produziremos leite?

As pessoas de 60 a 70 anos se aposentam. Nós, do Recôncavo, não temos isso. Por quê? Porque todos nós somos pescadores. E os pescadores se aposentam com 60 anos. Não é isso, companheiros? Então, esse problema de 65 anos, nós não o temos.

Nós, há poucos dias, fomos super desrespeitados por uma promotora em Cachoeira, pois ela marcou uma audiência para o dia 14 e não compareceu. Para irmos, nós nos organizamos com ajuda de gente nossa e que confiavam em nós. Nós alugamos o ônibus e fomos para lá. Quando chegamos ao fórum com todo mundo, estávamos todos presentes: nós e os queixosos. Ela suspendeu a audiência. Isso foi um desrespeito a nós.

Então, lá mesmo, ela marcou a próxima audiência para o dia 18. E, no dia 17, ela mandou os policiais queimarem e quebrarem tudo. E ainda os perus daqueles que se dizem fazendeiros nos chamaram para a luta corporal a mando dos fazendeiros. Nós não fomos, porque, além dos policiais estarem presentes, nós, jamais, faríamos um negócio daquele, ou seja, ir para a luta de corpo a corpo.

Será, meu Deus, que tudo tem de ser contra os quilombolas e pescadores? Vejam, é muito bonito se falar em projetos. Vamos colocar em prática. Tem essa senhora aqui que, há quatro anos, foi lá o Projeto Minha Casa Minha Vida. Hoje, ela está morando de favor, porque a casa dela caiu e o telhado quebrou. Moram de favor: ela, essa daí, filhos, netos e outros. Observem, tudo é bonitinho no projeto. Agora, vamos para a prática para poder ver.

Então nos sentimos desrespeitados. Nós estamos vendo a hora do derramamento de sangue, porque uma promotora que ouve o fazendeiro assina para nos despejar e não nos



ouve. Não sei o que vai haver no próximo mês. O INCRA está muito pacífico. Toda vez que falamos é isso, é aquilo. Agora nos garantiu que em janeiro vai entregar o estudo que mandou fazer e nunca concluiu. Vamos ver.

Se ele não entregar, vamos nos organizar e fazer uma ação no INCRA. Vamos pedir ajuda aos outros companheiros quilombolas, que são sofrendores também. Temos um lugar chamado Guai, onde estão plantando eucalipto, colocando os pacotes de veneno e arriscando as crianças da comunidade.

Vamos nos unir e nos organizar para mostrar que os quilombolas também merecem respeito. Nós, acima de tudo, somos os primeiros de todos. Antes de chegarem aqui, já existiam os quilombolas. Vamos exigir respeito.

Deputado Bira, queríamos que o deputado Luiz Alberto estivesse aqui para nos ouvir, mas tenho certeza que o representante dele irá passar todos os nossos problemas.

Precisamos, deputado, ter uma reunião publicamente com o pessoal de Santiago do Iguape. Iremos pedir uma audiência pública, porque estamos vendo a hora de ter derramamento de sangue nessa região. Os gestores não nos tratam bem, nunca temos direito a nada. Por isso, precisamos dessa audiência pública para expor as nossas necessidades.

Muito obrigado. (Palmas!)

(Não foi revisto pelo orador.)



4449-II

Ses. Esp. 10/12/12

Or. Florisvaldo de Jesus

Solenidade de Entrega dos Troféus aos Deputados e Jornalistas Destaques de 2012.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vamos abrir agora para alguém do Plenário, se quiser, fazer uso da palavra.

O Sr. FLORISVALDO DE JESUS:- Bom-dia a todos! Quero saudar a Mesa em nome do deputado estadual Bira Corôa e todos os demais presentes. Deputado, o Iguape está de parabéns! Ficou 20 anos sem nenhum representante no Poder Legislativo Municipal em Cachoeira, mas o senhor começou a andar pela região há 3 anos e vem desenvolvendo um trabalho grande em prol daquela comunidade.

Hoje temos o orgulho de ter o nome do senhor lá, porque foi lá pessoalmente e garantiu um compromisso com aquelas comunidades da Bacia do Iguape, como as de Palma, São Francisco Paraguaçu e especialmente Santiago do Iguape. O senhor teve a capacidade e competência de fazer um representante naquela região. Edson falou que em Santiago do Iguape ainda falta resolver muita coisa que está esquecida pelos Poderes Municipal e Estadual, principalmente quando tivemos uma audiência no mês de setembro, na qual foram discutidas segurança, educação, infraestrutura e saúde na nossa comunidade. Deputado, o ponto principal que está sendo questionado comigo, que fui eleito agora, é a segurança, que está um caso sério na nossa região. É preciso que o nosso governador tome conhecimento disso através de V.Ex^a, para que resolvamos esse problema, que está sendo debatida direto.

E também há a questão do emprego. Uma região daquela, a 110 quilômetros de distância daqui, que abastecia a Feira de São Joaquim há 30, 40 anos, está esquecida. O povo da Bacia do Iguape se reuniu e fizemos um representante do nosso partido. Sei que as dificuldades são muitas, mas é um partido que olha pela classe média e pelas classes esquecidas pelos que passaram pelo Estado.

Quero parabenizar o nosso governador Jaques Wagner e a toda equipe da Assembleia Legislativa, especialmente V.Ex^a, por quem tenho muita consideração. Sei que está ao nosso lado para o que der e vier, isso muita me honra. Se for possível hoje, deputado,



se estiver ao seu alcance irmos até a Secretaria da Segurança Pública, porque esta semana aconteceu um grande crime lá. A insegurança está pegando na nossa região, está metendo medo.

Ao parabenizá-lo, quero dizer que estou orgulhoso de ocupar uma cadeira para lutar pelo meu povo, que me deu a honra de estar lá sem recurso nenhum. Mas tive o apoio dos que acreditaram no trabalho que faço em prol daquela comunidade, juntamente com V.Ex^a.

Um abraço. Até a próxima oportunidade, se Deus permitir.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



4450-II

Ses. Esp. 10/12/12

Or. Antônio Bonfim

Solenidade de Entrega dos Troféus aos Deputados e Jornalistas Destaques de 2012.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Nós que agradecemos.

Vou passar a palavra ao companheiro Antônio Bonfim.

Quero registrar a presença da companheira Creusa, que conduz a luta das empregadas e dos empregados domésticos, tão importante e estratégica para o nosso povo. Essa categoria tem muito a comemorar, haja vista a vitória atingida com o projeto de lei aprovado recentemente.

O Sr. ANTÔNIO BONFIM:- Bom-dia a todos. Faço parte da comunidade do Quilombo do Guri, Maragogipe. Quero parabenizar a Mesa na pessoa do deputado Bira Corôa; e também a nossa querida jornalista e pesquisadora Jaqueline, assim como todos os presentes.

Companheiros de Santiago, quero dizer que me toca bastante o problema de vocês. Muito antes de se começar esse grandioso trabalho de resgate de direitos dos negros, sempre nos encontramos dentro do Recôncavo baiano muito esquecidos. E agora fomos lembrados.

Quero pedir a Deus que dê muita saúde ao nosso ex-presidente, à nossa presidente Dilma Rousseff, assim como ao deputado federal Luiz Alberto, ao deputado Bira Corôa e às pessoas que tenham no sangue essa vontade aguerrida de lutar em prol de um direito que foi por tanto tempo esquecido.

Nós não estamos esquecidos de tudo nessas lutas. Agora podemos contar com a Sepromi, que é uma secretaria que tem mostrado na comunidade do Guri uma grande preocupação com o nosso problema. Não são só vocês que têm esse problema de derramamento de sangue, não, porque na comunidade do Guri já foi derramado sangue.

Apelamos pelo lado pacífico e corremos atrás das leis para que as coisas se dessem assim, como sempre procuramos lutar, de uma forma muito pacífica. Está aí o resultado. Já tivemos audiência com a Seprom e com o Incra, e precisamos, sim, unir forças, para que esse movimento continue se fortalecendo.



Falando da questão dos projetos com os quais o Sebrae se predispõe a nos ajudar a elaborar, acho importante que cada órgão queira nos ajudar, mas cabe muito mais a nós buscar essa força, nos fortalecer, porque não estamos buscando nada de ninguém, estamos buscando aquilo que é nosso.

Em primeiro lugar, temos de ter respeito por nós mesmos, nos fortalecermos para irmos ao encontro desse direito que acredito ser uma das coisas mais importantes na vida de cada um de nós, sermos livres de fato. Estamos presos ainda, deputado, a uma coisa que está em nosso sangue. Em qualquer ato público, as pessoas ainda se sentem presas em não poder falar, não porque alguém proíba, mas porque está dentro dela, está inibida por lembrar, em sonhos, o que passaram os nossos antepassados. Mas temos uma coisa, e temos de fazer uso dela, a liberdade, liberdade de expressão, liberdade de escolha, pelo fato de sermos cidadãos brasileiros de um país democrático.

A democracia era de papel; hoje, não, é vista de fato, através desse grande projeto de governo com nosso ex-presidente Lula, que passou dois mandatos e deixou seu legado humano, não só para o Brasil. É para todo o mundo se espelhar no que esse homem fez em um país que vinha numa miséria. Muita gente já está esquecida, mas eu não esqueço; quantas manhãs se passaram sem que minha mãe tivesse um pão para dar de comer. Ela podia trabalhar, mas não havia trabalho. Hoje o brasileiro que diz que não tem trabalho é porque não quer dignidade através do seu trabalho, pois todos hoje têm trabalho.

Vamos falar dessa série de recursos que o nosso governo tem gerado, e as pessoas ainda não procuraram fazer uso, até por falta de conhecimento, sim, Jaqueline. Temos de fazer com que as pessoas conheçam essa série de recursos que existem por parte do governo federal, e que temos de ter acesso.

É importante buscarmos conhecimento para que possamos nos desenvolver dentro de nossas comunidades para mostrar, companheiro Edson, a esses fazendeiros, que se dizem fazendeiros, que temos direito, de fato, que esteve nas mãos deles por muito tempo. Mas, hoje, não, tem de estar em nossas mãos e temos de fazer uso dele para o bem das nossas vidas, e para deixar para os nossos filhos, netos, nossa geração futura.



Quero agradecer a presença de todos. Muitas pessoas foram convidadas na minha comunidade, mas não quiseram vir. Quero agradecer àqueles que vieram pois é um grande esforço estar aqui na Casa do povo, na Assembleia Legislativa, coisa que não víamos antes, e hoje estamos tendo espaço.

Vereador, quero dizer dizer que o seu povo ficará muito mais orgulhoso se você desenvolver um bom trabalho na Câmara Municipal. Faça com que esse seu mandato seja estendido e busque aquilo que seu povo precisa. Meus parabéns. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



4451-II

Ses. Esp. 10/12/12

Or. Gonçalo Vitalino

Solenidade de Entrega dos Troféus aos Deputados e Jornalistas Destaques de 2012.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Tem mais duas pessoas inscritas, depois D. Célia e voltamos à Mesa.

Com a palavra o Sr. Gonçalo Vitalino.

O Sr. GONÇALO VITALINO:- Bom dia a todos. Quero parabenizar Bira Corôa, Jaqueline, minha repórter.

Neste momento, falarei um pouco da nossa situação. Eu sou o presidente dos quilombolas da Fazenda dos Porteira. Também estamos com uma batalha pesada, lutando para chegar a um patamar de vida, e espero em Deus que os homens que estão trabalhando, lutando ao nosso lado possam regularizar a nossa situação.

Todo quilombola que se acha presente, hoje, está aqui esperando que alguma coisa seja definida para que cada um possa tocar a sua vida certinha. Espero que tudo que nós estamos conversando e pedindo, aqui, seja resolvido através dos homens que estão lutando ao nosso lado.

Obrigado. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Nós é que agradecemos.

(Não foi revisto pelo orador.)



4452-II

Ses. Esp. 10/12/12

Or. Maria Célia Conceição

Solenidade de Entrega dos Troféus aos Deputados e Jornalistas Destaques de 2012.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Concedo a palavra a Maria Célia Conceição. Depois passarei a palavra a Tereza Espírito Santo e a Vanderlino. Por fim, retornaremos a palavra à Mesa, porque senão não terminaremos a sessão.

A Sr^a MARIA CÉLIA CONCEIÇÃO:- Bom-dia a todos e a todos, saúdo a Mesa. Eu sou Célia do município de Entre Rios. Quero falar que, realmente, os quilombolas têm tido um grande avanço.

Quero também salientar que na área da saúde nós também sofremos uma grande preocupação, porque na comunidade quilombola de lá, agora, com o plantio de eucalipto surgiu a epidemia de escorpiões e barbeiros. Essa é a realidade de lá, não sei se é das outras. Então, a minha preocupação é no quesito saúde. Essa não é uma preocupação só nossa, mas de todos, porque todos sabem o risco que o barbeiro proporciona. Essa preocupação deve ser dos quilombolas, mas também dos nossos governantes. Deixo, aqui, o meu apelo.

A outra coisa que gostaria de falar é sobre a saúde também. Na nossa comunidade ainda existem banheiros a céu aberto. Essa também é uma preocupação muito grande para nós, para a nossa condição de vida, para a nossa situação de vida, ou seja, na situação financeira. Essa não é a realidade de todos, mas essa é a nossa realidade, e isso é preocupante. Então, gostaria que surgisse um projeto dos governantes para rever essas questões.

Muito obrigada a todos. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Nós é que agradecemos.

(Não foi revisto pelo orador.)



4453-II

Ses. Esp. 10/12/12

Or. Tereza do Espírito Santo

Solenidade de Entrega dos Troféus aos Deputados e Jornalistas Destaques de 2012.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Passo a palavra a Sr^a Maria Tereza do Espírito Santo, coordenadora-executiva da Coordenação de Políticas para as Comunidades Tradicionais da Sepromi. (Palmas)

A Sr^a TEREZA DO ESPÍRITO SANTO:- Bom dia, aliás já estamos no começo da tarde, a todos os todas. Como foi anunciado pelo deputado, eu sou Tereza do Espírito Santo e estou na condição de coordenadora-executiva de Políticas para as Comunidades Tradicionais da Sepromi que, aqui, já está representada por Maurício Reis, nosso secretário-executivo da Comissão Estadual de Políticas para as Comunidades Tradicionais. Por que eu vim aqui, já que a Sepromi já deve ter feito o seu pronunciamento? Infelizmente, eu não pude estar, aqui, desde o começo da sessão e não acompanhei a apresentação. Espero, inclusive, Jaqueline, que esse material possa ser disponibilizado.

Acho que todas as ações, todas as iniciativas que possam trazer visibilidade para o povo quilombola, para as comunidades quilombolas do nosso Estado são importantes, são relevantes. Espero que essa pesquisa, esse trabalho apresente tanto os problemas e as demandas que ainda persistem e são inúmeras, afinal – como já foi dito, aqui – são séculos de defasagem em relação a atenção não só do poder público, mas da sociedade como um todo, quanto o reconhecimento da importância das comunidades, dos negros na construção deste País. Então, essa defasagem da importância das comunidades dos negros na construção deste País. Então, essa defasagem de 500 anos não se supera, não é com uma gestão de governo, duas ou três, a gente tem um grande percurso pela frente. Mas espero que esse trabalho mostre também os avanços que temos conseguido conquistar.

Como eu disse, é muito tempo de defasagem em relação aos direitos, a conquistas, necessidades e demandas, mas acho que lentamente temos conseguido avançar nessa direção. Nesta segunda gestão do governo Wagner demos passos bastante importantes, porque foi instituída uma política estadual para comunidades remanescentes de quilombos, foi criado



um grupo intersetorial para quilombos, que significa articulação dos diversos órgãos de Estado em torno da construção de políticas, várias estruturas foram criadas dentro das secretarias com o objetivo de atender às demandas das comunidades quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, foi criada a comissão estadual para a sustentabilidade de povos e comunidades tradicionais, da qual Maurício é o secretário executivo, que pela primeira vez reúne no mesmo fórum os diversos segmentos de povos e comunidades tradicionais reconhecidos no Estado da Bahia.

Então é uma comissão que reúne representações de governo e da sociedade civil, reunindo povos ciganos, povos de terreiros, comunidades quilombolas, comunidades de povos indígenas, comunidades de “gerazeiros,” comunidades de fundos e fechos de pastos, de pescadores, de marisqueiros. Então, é um fórum que se constituiu que abre a possibilidade não só da construção das políticas, mas do controle da participação social no acompanhamento dessas políticas.

Embora não tenhamos a menor dúvida do desafio que temos pela frente, isso é que nos dá por um lado uma grande angústia, pelos limites do que podemos fazer, mas por outro lado nos dá também uma grande motivação para enfrentarmos as dificuldades e superar no sentido da consolidação dessas políticas.

Para concluir, quero dizer que o que eu acho de mais positivo de tudo isso é a possibilidade do fortalecimento da organização das comunidades, porque os governos passam, os deputados passam, todos têm o seu tempo, mas o que pode fazer com que essas políticas de fato se consolidem e não fiquem à mercê das vontades de um e de outro, porque agora estamos no governo que é comprometido com essa pauta toda, mas a vida é dinâmica e não podemos garantir o futuro.

O que nos pode garantir a perspectiva disso não retroceder? É justamente a organização das comunidades. Hoje as comunidades quilombolas do Estado da Bahia têm um conselho estadual, que não sei se foi convidado para este evento ou se teve alguma dificuldade, mas acho que o fortalecimento desse conselho e das associações que já existem, a constituição de novas associações nas comunidades que ainda não estão organizadas nesse sentido é fundamental para que essa pauta quilombola não fique à mercê do governo A ou B



ou do deputado A ou B. Acho que todo esforço que devemos fazer tem que ser no sentido do fortalecimento da organização quilombola, da autonomia da organização para que, independente do que esteja acontecendo, as comunidades estejam organizadas e unidas lutando pelas suas necessidades e reivindicações.

O companheiro que me antecedeu fez menção à questão da titulação, da regularização fundiária. De fato é o grande desafio que temos pela frente. Luiz Ancelmo, da coordenação do Movimento Agrário, que esteve aqui um pouco antes, falou sobre o projeto de lei que está tramitando, que cuida de resolver ou pelo menos minorar o problema das comunidades quilombolas e de fundos e fechos de pastos, mas no que diz respeito às terras devolutas estaduais. É um passo importante, mas ainda assim a gente tem todas as outras comunidades que estão em outras terras, onde esporadicamente aparecem pseudos proprietários, que se afirmam como tal, gerando conflitos e tensão nas comunidades.

Então, acho que esta é uma grande bandeira que temos que assumir. O governo federal, através do Incra, tem sua parcela de responsabilidade, o governo estadual com a CDA, mas o fundamental é a organização, é a força das comunidades unidas para garantir que esses direitos sejam reconhecidos que não tenhamos nunca mais nenhum retrocesso no sentido das garantias que já foram asseguradas.

Para concluir, queria apresentar a Cartilha dos Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais, lançada na semana passada. Infelizmente, não tenho, neste momento, a quantidade suficiente para distribuir para todos. Mas temos o compromisso de fazer essa distribuição. Trouxe, apenas, a quantidade que cabia em minha bolsa.

Se tivermos acesso à lista dos presentes, temos como garantir que cada um receba o seu exemplar. O objetivo dessa publicação é difundir os direitos. Ela é pequena, mas com letras que permitem a leitura, porque o objetivo é que cada um leve a sua em seu bolso, na sua bolsa ou sacola, e nesse percurso, para cima e para baixo, como vocês vivem, nessa luta, nessa militância, façam disso um instrumento de luta, de informação, de apoio para as dificuldades que vocês, infelizmente, têm que enfrentar.

Então, viva o povo quilombola! (Palmas)

Muito obrigada.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA

(Não foi revisto pela oradora.)



4454-II

Ses. Esp. 10/12/12

Or. Lenira Calheiros

Solenidade de Entrega dos Troféus aos Deputados e Jornalistas Destaques de 2012.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Concedo a palavra a D. Lenira.

A Sr^a LENIRA CALHEIROS:- Boa-tarde, sou Lenira Calheiros, marisqueira, lavradora, e vivo numa comunidade remanescente do Quilombo Girau Grande, mas tenho território de identidade e este mapa aqui em minhas mãos comprova isso.

Eu me preocupei quando Tereza falou em políticas públicas para os quilombolas. Como podemos ter políticas públicas para os quilombolas, se nós não temos a terra, se os fazendeiros estão querendo colocar nesta área de terra que está aqui, lá em Maragogipe, uma pedreira, que vai estourar pedras e destruir as nossas casas?

Estão plantando eucalipto dentro desse quilombo. Então, que política pública chega para nós, se o fazendeiro, que está com dinheiro, vai plantar eucalipto na minha área? Vai destruir o que eu tenho. Não há política pública para isso.

Eu quero que vocês deem um empurrão no INCRA para que isso saia do papel, companheiro. Estamos cansados de invadir o INCRA.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)



4455-II

Ses. Esp. 10/12/12

Or. Profº Vanderlino

Solenidade de Entrega dos Troféus aos Deputados e Jornalistas Destaques de 2012.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Muito bom, Lenira.

Passo a palavra para o professor Vanderlino.

O Sr. VANDERLINO:- Boa-tarde a todos.

Em primeiro lugar, quero parabenizar o deputado Bira Corôa, que mais uma vez tem demonstrado essa preocupação social. A questão quilombola está no contexto da história do Brasil desde o final do século XIX. Então, precisamos fazer uma leitura disso.

Quero parabenizar, também, a companheira Jaqueline Barreto pela pesquisa. Mas quero falar no sentido de resgatar ou até ressignificar a importância dos movimentos quilombolas, porque, a princípio, esses movimentos têm sido vilipendiados desde o final do século, por conta dessas políticas e, principalmente, desse racismo científico, dessa coisa toda que será implantada aqui já no final do século XIX.

Não podemos perder de vista que os movimentos quilombolas são a mola propulsora e inicial dos movimentos sociais no Brasil. É importante que a gente saiba que são esses homens e mulheres negras que têm construído e dado uma importância muito grande a essa ressignificação dessas lutas.

Essas teorias racistas, que foram implementadas a partir da Europa, desde o final do século XIX, ainda estão presentes. Como essa senhora que me antecedeu mostra, claramente, a forma como essa elite latifundiária faz para proibir que esses avanços aconteçam; que as políticas públicas sejam implementadas.

Eu falo aqui como professor de História, e nós fizemos um trabalho muito interessante nas salas de aula. Aproveito para fazer uma proposta para que nós, professores e professoras, continuemos essa luta e que consigamos introduzir nas salas de aula, de forma mais concreta, essas discussões. Leis foram sancionadas, como a Lei nº 10.639/2003 e a Lei nº 11.645/2008, e estamos tendo dificuldade de implantá-las, de aplicá-las em sala de aula, por conta da resistência, ainda, por parte até mesmo de nós, professores e professoras, em



alguns casos. Sem contar, também, com a resistência que há por parte de alguns gestores e de algumas gestoras.

Então, para concluir, é preciso que nós estejamos atentos e consigamos desconstruir de forma clara e concreta todos esses resquícios, todos esses ranços que aí estão e que a gente precisa, a partir do Parlamento, deputado Bira Coroa, e o senhor é uma das pessoas que tem tido essa responsabilidade, porque o seu mandato tem trazido para a Assembleia Legislativa, para as discussões, todas essas questões que afligem a sociedade brasileira.

Então, o senhor está de parabéns. É importante que o seu mandato, e tantos outros que por aí existem, sejam renovados em 2014, porque nós precisamos ter no parlamento homens e mulheres representantes e que façam essa discussão, porque não adianta a gente vir para a Assembleia Legislativa, para as câmaras de vereadores ou quaisquer outros locais, se nós não conseguimos renovar esses mandatos e criar novos mandatos para que nós possamos ter, realmente, uma representação no Parlamento. Porque para institucionalizar nossas lutas, precisamos do parlamento, é onde as leis são criadas, nas câmaras de vereadores, nas assembleias legislativas, no Congresso, na Câmara de Deputados.

Então, mais uma vez parabéns. Parabéns a todos os companheiros e companheiras quilombolas.

(Não foi revisto pelo orador.)



DL--03

Ses. Esp. 10/12/12

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Quero, neste momento, fazer um convite a companheira Creusa para que ela possa entregar a Dona Roxa o troféu Pérola Negra Benedita da Silva, em comemoração ao 25 de junho que marca o Dia Internacional da Mulher Negra na América e no Caribe. É uma iniciativa do mandato que a cada biênio identifica e reconhece o trabalho de mulheres negras de nosso Estado.

Então, vamos aproveitar esta sessão para que possamos fazer a entrega do prêmio a Dona Roxa.

(A Sr. Creusa procede à entrega do troféu a Dona Roxa) (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Esse prêmio tem como objetivo identificar trinta mulheres negras, a cada dois anos, que são condecoradas com essa honraria, como uma forma de reconhecer o seu trabalho. Dona Roxa, como já foi dito, matriarca de quilombo em nosso município de Camaçari, esse prêmio era para ter sido entregue a ela no ano passado, e por dificuldades outras não foi entregue, porque as demais mulheres premiadas já foram agraciadas com o troféu. Estamos aproveitando o ato de hoje, mais justo não podia ser, diante de toda comunidade quilombola que representa o nosso Estado, nós reconhecermos o trabalho de uma mulher que, na sua simplicidade, sua tranquilidade, conduz uma das comunidades mais atuantes de nosso município. Ela é percussora na produção de agricultura familiar, com agricultura orgânica.

Basicamente, a prefeitura de Lauro de Freitas, é uma das principais parceiras, já que compra dessa comunidade uma produção significativa para a merenda escolar e para o restaurante popular do município, além do município de Camaçari, que também inclui produção dessa comunidade e de outras comunidades locais na alimentação escolar.

Então, Dona Roxa vem de um processo de luta muito grande, que não é diferente do perfil de todas as mulheres aqui presentes, por isso a gente acha importante esse reconhecimento. E ficamos muito felizes, Dona Roxa, pelo fato da senhora estar sempre presente nas atividades.



Quando fui vereador em Camaçari a senhora nos doou duas imagens significativas para um dos maiores trabalhos que conseguimos realizar naquele Poder Legislativo, que foi o resgate da história e da memória do povo de Camaçari. E foi exatamente com os seus pés que abrimos aquele trabalho. E com o seu gesto de pensar com a mão no queixo, e a reflexão de paz, harmonia e sabedoria, nós fechamos aquele trabalho. Em seu nome quero parabenizar a todas as mulheres quilombolas que vêm construindo a nossa história e assegurando a nossa identidade.

Quero aproveitar para, nas considerações finais, pedir desculpa à Mesa e passar a ela para que faça todas considerações finais, em função do tempo, porque o pessoal precisa organizar o Plenário para a atividade e Jaqueline está recomendando que na saída no Salão Verde o almoço seja servido a todos.

Eu queria agradecer a presença de todos na Mesa, especialmente da Sepromi. Em nome da Secretaria, queria agradecer ao governo do Estado, através destas duas secretarias que fazem um papel importante. A Secretaria de Direitos Humanos também contribuiu muito para este ato. E ainda um agradecimento especial ao Sebrae. Quero dizer o quanto é importante a nossa parceria com ele para que possamos fazer um processo de desenvolvimento e qualificação de todas as nossas comunidades tradicionais.

Agradeço à Secretaria da Agricultura, que também está aqui representada, e aos mandatos dos deputados Luiz Alberto, presente nestas nossas lutas, Marcelino e Yulo Oiticica, que esteve aqui mas não pôde acompanhar toda a sessão por estar em outra atividade. Também quero agradecer à Assembleia Legislativa do Estado da Bahia e a todos os parlamentares desta Casa, em nome do presidente Marcelo Nilo, que não se furtou a nos ceder e garantir o espaço do Plenário, mesmo tendo esse aperto de horário. O presidente tem feito deste Legislativo um espaço da sociedade e vem implementando o nosso direito de ocupar esse espaço para participar mais ativamente neste Poder.

Quero agradecer igualmente a todos os servidores por esse processo de cumplicidade, pois estamos estourando o horário de almoço, mas para assegurar o nosso evento. Agradeço ainda à *TV Assembleia* e à imprensa de forma geral.



A Sr^a Jaqueline:- Na verdade, gostaria de primeiro agradecer ao deputado Bira Corôa, que se empenhou tanto para realizar esta sessão, ao grupo Atitude Quilombola porque, se não fosse ele, o evento não teria acontecido, e à Secretaria de Direitos Humanos, a única a apoiá-lo. Em relação ao material produzido e à pesquisa, eu gostaria de agradecer à minha tia, mãe Cleuza, minha ialorixá, e à minha mãe, porque foram os apoios que eu tive.

O Sr. Bira Corôa:- Eu estava deixando o Atitude Quilombola para encerrar, porque é importante o poder e a capacidade de organização. Em nome do Atitude Quilombola, quero agradecer a todas as associações aqui presentes em nome de todas as representações das comunidades quilombolas que estão nesta sessão. Em especial, agradeço à Prefeitura Municipal de Entre Rios pela parceria não apenas neste ato, mas também em vários outros que desenvolvemos nesta Casa com a questão quilombola e o enfrentamento ao racismo.

Aqui estão as comunidades de Entre Rios, que sabem muito bem do que estou falando, pois igualmente sabem muito bem qual é a participação que a prefeitura tem tido. E aqui temos representantes do poder público de Entre Rios que acompanham o processo. Em meu nome quero agradecer a todos os gestores que aqui estão, e, em especial, agradecer a vocês que se deslocaram das suas comunidades com muita dificuldade, abriram mão da segunda-feira de trabalho para debater a nossa própria realidade e inserir nas políticas afirmativas as nossas comunidades.

Quero agradecer e desejar um retorno tranquilo para suas comunidades. Espero que possamos tirar proveito desta sessão, como mais um instrumento e mais uma ferramenta das nossas lutas.

Anotei todas as reivindicações colocadas e estamos colocando o mandato e a Comissão de Promoção da Igualdade desta Casa à disposição das comunidades, para que possamos visitá-las e fazermos do mandato um instrumento do processo de luta e assegurar o direito constitucional de terem a sua propriedade de terra e o direito de explorá-la com a atividade laboral.

Como foi colocado, tenho uma posição contrária a expansão da monocultura do eucalipto e todo mundo tem conhecimento disso. É uma verdadeira agressão à condição ambiental e à condição da vida socioeconômica do nosso povo.



Quero encerrar esta sessão agradecendo a todos e a todas e agradecendo também ao gestor desta Casa, deputado Marcelo Nilo. Peço desculpas por ter extrapolado o tempo, tendo em vista que as pessoas terão um trabalho dobrado para reorganizar este Plenário para a próxima sessão.

Jaqueline, obrigado por permitir uma sessão tão bonita e significativa, que ficará registrada nos anais desta Casa, repaginando a nossa própria história.

Obrigado pelo seu trabalho e dedicação, pela militância e pelo compromisso que você tem pelas suas origens, que é a nossa origem, que é a nossa cara, que é a nossa identidade.

Bom dia a todos.

Muito obrigado.